

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Marcos José Fernandes

RIO URU: ESPAÇO DE LAZER

Goiânia - Goiás

2013

Marcos José Fernandes

RIO URU: ESPAÇO DE LAZER

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás como requisito para finalização do curso de Licenciatura em Educação Física
Orientador: Prof. Thiago Dias Cancelier

Goiânia – Goiás
2013

Marcos José Fernandes

TÍTULO: RIO URU: ESPAÇO DE LAZER

Esta monografia foi aprovada em sua forma final

Goiânia – Goiás, 13 de Dezembro de 2013

Prof. Dr.
Orientador (a)

RESUMO

O presente material acadêmico tem como proposta fornecer informações para desenvolvimento do pensamento crítico a cerca do tema lazer na natureza. No decorrer do estudo tem-se oportunidade de conhecer as orientações de autores como Dumazedier, Melo e Mascarenhas, possibilitando ao leitor conhecer concepções que ao interagirem possibilitam formar um canal de percepção dos múltiplos fatores que envolvem o campo do lazer. O texto aborda questões relativas ao exercício do lazer junto ao bioma natural do Rio Uru, os levantamentos feitos no decorrer dessa pesquisa relatam situações de busca pelo lazer as margens do Rio Uru, tendo o interesse pessoal do participante direcionado ao relacionamento social, prazer físico, manual e artístico. Fica registrada a percepção crítica dos acontecimentos interpostos à vegetação nativa, oriundos da ocupação alienada, junto às margens do Rio Uru. Todo processo investigativo esteve vinculado conhecer a problemática principal: Quais fatores externos influenciam as pessoas a realizarem o lazer no rio Uru, e o impacto gerado pela presença humana natureza. Estando a resposta correlacionada aplicação ou não de políticas públicas para o lazer, assim como também os atributos naturais da região.

Palavras-chave: Rio Uru; Lazer; Natureza; Uruíta.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	06
METODOLOGIAS	10
CAPÍTULO 1 QUANDO SURTIU O LAZER.....	13
CAPÍTULO 2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREA URBANA	16
CAPÍTULO 3 INTERESSE DO LAZER NA NATUREZA	20
CAPÍTULO 4 CHEGA PRA LÁ.....	25
CAPÍTULO 5 MERCADORIA DE LAZER.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	43
ANEXO.....	45

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A proposta de elaboração deste trabalho acadêmico é contribuir com a discussão acerca de algumas argumentações que permeia o universo do lazer. De antemão é interessante esclarecer que lazer e trabalho são duas atividades que, apesar de não terem o mesmo procedimento de execução, estão correlacionados, pois de certa maneira o primeiro é uma ação subsequente ao tempo de trabalho. Entende-se que o trabalho é a atividade na qual o indivíduo por uma questão de necessidade pessoal/familiar ou por obrigatoriedade empregatícia propõe a disponibilizar sua força de produção para realizar determinada ação.

Enquanto o lazer entende-se como direito do ser humano em ter espaço temporal para afastar dos encargos trazidos pelo afazer pessoal, familiar ou laboral para dedicar a algum modelo de atividade que traga ao indivíduo a sensação de bem estar físico e emocional. De maneira comum se entende que o lazer tem aproximação direta com atividade de relacionamento social, podendo ser capaz de propiciar tranquilidade emocional. O lazer também pode ser identificado como atividade onde o intuito é ter relaxamento corpóreo e o descanso mental, a partir de estágio de contemplação do ambiente natural. Outra modalidade de lazer conhecida são as que exigem o emprego de movimento muscular a fim de atingir o ápice do prazer emocional por meio do esforço físico.

Através de dados históricos percebe-se a transformação do ser humano, tanto na forma de exposição do sentimento intrapessoal, na relação com meio social, laboral e no próprio estar e agir no espaço geofísico. Os demonstrativos de lazer apresentados anteriormente sugerem afirmar que este assume características peculiares, sendo que em cada período histórico há uma maneira diferente de se praticar, entender, perceber e interagir com os elementos externos que compõem o espaço físico.

O ser humano é capaz de construir por processos mentais elementos imaginários, traçar objetivos, estabelecer metas e pela força do trabalho modificar e transformar a matéria física em benefício próprio. A utilização dos espaços geográficos como mecanismo para ascender ao prazer emocional/físico/biológico representa bem este uso da natureza como objeto submisso da apropriação

humana.

A proposta de investigação científica caminha rumo a diagnosticar o fator externo que influencia as pessoas a realizar o lazer na natureza, restringindo o estudo ao bioma formado pelo Rio Uru na região do Distrito de Uruíta – Município de Uruana - Goiás. Este aproveitamento da natureza para uso do lazer levanta hipóteses e questionamentos: seria este por efeitos decorrentes do emprego de políticas públicas que orientam as pessoas a ocuparem de forma organizada zona rural; ou são resultados da ineficiência Estatal em gerir espaços de lazer em área urbana que induz as pessoas à procura de alternativa junto à natureza. Para montar o contexto habitat é necessário entender quais são os interesses de lazer, a ocorrência de variação das práticas ao longo das últimas duas décadas e o efeito trago ao bioma do Rio Uru em decorrência da estadia humana.

Reforçando a necessidade de entender as diversas engrenagens que compõem vivência prática do lazer às margens e leito do Rio Uru para a comunidade do Distrito de Uruíta e na busca de encontrar resposta aos questionamentos, foi feita pesquisa bibliográfica sobre a trilogia tempo livre, lazer e meio ambiente, para área específica do Rio Uru, localizado no Distrito de Uruíta. Durante o desenvolvimento do processo investigatório não foi encontrado material científico direcionado a esta localidade específica. Este trabalho acadêmico serve, portanto, como suporte para que o leitor possa entender como a comunidade interiorana do Estado de Goiás estabelece práticas alternativas de lazer em espaço natural. Ao tempo propõe alargar canal de reflexão do leitor para que possa entender a subjetividade do mercolazer em espaço rústico, ao tempo referencia o estágio de conscientização do indivíduo, fornecendo nota quanto à preservação ambiental.

O material investigativo fornece esclarecimento de como a sociedade local estabelece atividades de lazer a partir da mistura de elementos representativos dos avanços tecnológicos com fatores do ambiente da natureza (Rio, flora e fauna). A investigação representa papel útil para determinar em que nível real se desenvolve as regulamentações acerca da ocupação das áreas de preservação ambiental, ou seja, reserva legal, vindo subsidiar intervenções direcionadas a conhecer os impactos ambientais gerados pela frequente presença de turistas. Terá condições de respaldar decisões administrativas a partir do diagnóstico do

desprovemento de metodologia de conscientização da preservação ambiental.

O processo metodológico escolhido é investigação científica empírica tendo como finalidade a coleta de dados em campo estabelecendo montar estrutura de entendimento do contexto que envolve o lazer realizado na natureza. Os dados foram coletados por meio de observação de material fotográfico, entrevistas semiestruturadas dirigidas a pessoas que residem em área urbana e aqueles que frequentam e utilizam o meio físico/aquático do Rio Uru como espaço de lazer. O material bibliográfico paramentou a investigação que se embasou em referenciais teóricos dos autores Dumazedier, Inácio, Pellegrin, Melo e Mascarenhas. Foi realizado pesquisa em material científico, utilizando o mecanismo de palavras-chave: lazer e natureza; mercantilização do lazer, impactos natureza.

A estrutura do literário é composta por cinco capítulos, com o intento de estabelecer roteiro de entendimento do contexto regional do lazer realizado no Rio Uru – Distrito de Uruíta e tem como foco principal diagnosticar os fatores externos que induzem as pessoas a utilizarem o tempo de não trabalho (lazer) como mecanismo de apropriação do meio geofísico, analisando que este é o principal canal afluyente ao prazer físico e emocional.

O primeiro capítulo “Quando surgiu o Lazer”, serve para estabelecer parâmetros entre o que o entrevistado tem como bagagem de conhecimento acerca da compreensão básica do que é o lazer e eventuais desdobramentos. Com isto é possível ter o perfil do entrevistado perante o contexto crítico, social e trabalhista no qual ele está inserido.

Políticas públicas em área urbana é o título do segundo capítulo. Neste é feito um levantamento sobre os pontos do perímetro urbano do Distrito de Uruíta que seriam destinados ao lazer. Com isto se tem o perfil de sua utilização pela população local e a forma da atuação pública diante do direito assegurado pela constituição federal. Em tempo referencia a elucidação de parte da problemática levantada neste trabalho.

O terceiro capítulo “Interesse do lazer na natureza” objetiva conhecer as atividades de lazer realizadas às margens e leito do Rio Uru. Neste momento utiliza o referencial teórico de Dumazedier (1976) que procura delimitar as atividades do lazer em áreas de estudo, estabelecendo assim parâmetros de análise do interesse/preferência particular em relação às atividades de lazer

realizadas.

O quarto capítulo que traz o título “Chega pra lá” vem tratar da ocupação humana em área de reserva permanente e do impacto, decorrente dessa presença, causado ao bioma formado pela vegetação nativa, fauna, margens e leito do Rio Uru.

O último capítulo “Mercadoria de lazer: É possível vencer esta ideia?” aborda o uso especulativo do espaço de lazer como mercadoria comercializável e projeta forma alternativa de conciliação entre o espaço natural e o direito social.

Antes de prosseguir é possível adiantar gama variável de interesse pelo lazer na natureza em razão de influências advindas do meio urbano, seja ele através da mídia, cultura regional ou pelas políticas públicas. Aqui não está sendo quantificado um total de preferência por esta ou aquela escolha; trabalha-se de maneira a coletar subsídios qualitativos buscando perceber os motivos que induzem os colaboradores a exercitarem o lazer nesta região do Rio Uru.

METODOLOGIA

Este trabalho acadêmico teve como intuito realizar uma investigação científica empírica com a finalidade de coletar dados em campo acerca das opções de lazer encontradas no perímetro urbano do Distrito de Uruíta e, ao mesmo tempo, pesquisar as razões que influenciam as pessoas buscarem o lazer na zona rural, especificamente ao longo das margens do Rio Uru. É importante salientar que durante todo o processo de pesquisa optou-se por conhecer as práticas de lazer e o sentido representativo das atividades para os pesquisados. A pesquisa científica foi estruturada a partir de uma metodologia embasada em preceitos empíricos, por compreender que a apuração dos fatos, necessariamente se torna mais convincente ao se fazer presente as situações vivenciadas na realidade. As informações foram captadas em entrevistas semiestruturadas realizadas com pessoas que frequentam o espaço urbano, sendo que, ao pesquisar a zona rural do distrito de Uruíta, restringiu-se ao espaço natural do Rio Uru.

O processo de construção do trabalho científico referenciou em autores estudiosos do tema lazer como Dumazedier, Melo, Mascarenhas e o material bibliográfico paramentou a investigação acerca do contexto do lazer no meio natural e seus desdobramentos como relacionamento social e prática esportiva. Como ocorreu afunilamento para esta localidade, Distrito de Uruíta, fica registrado que foi desenvolvida a busca por material científico impresso ou virtual, com a intenção de resolver de forma contundente as hipóteses levantadas.

A formulação das hipóteses envolvidas no projeto de pesquisa é resultante da percepção do frequente deslocamento humano em direção às margens do Rio Uru, com a finalidade de vivenciar experiências de lazer na natureza, compreendendo fatores que colaboram com a predisposição para deslocamento, como facilidade no traslado em decorrência da rodovia de acesso, características climáticas, físicas e hidrográficas que compõem a natureza (bioma). Mesmo tendo conhecimento prévio destes fatos, surgem especulações que estimularam o processo de construção deste material. Sendo assim, o processo exploratório estipulou compreender quais motivos e fatores direcionam para a prática em espaço com características arquitetônicas rústicas,

diferenciadas da estrutura de lazer, presente nos espaços urbanos. Foi realizada pesquisa de natureza empírica, formatizada por relatos orais, sendo que as informações foram extraídas de moradores de Uruíta e frequentadores do espaço natural/Rio Uru vindo de outras localidades. Consta análise de registros fotográficos realizados em fase anterior e visualização de atividades realizadas no local.

Lakatos, (1996:79) citado por Boni e Quaresma, relata: “[...], contribui a identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (2005, p. 71). Deste modo, a observação contribuiu na pré-seleção do colaborador, pois inúmeras ações de lazer são reflexos subjetivos, gerados a partir de influências culturais de uma comunidade. Justifica-se a importância do estágio de observação durante a pesquisa, por haver o favorecimento em perceber elementos constituintes, que em muitas situações não são perceptíveis pelo entrevistado e nem são registradas em pesquisa realizada com preenchimento de questionário.

Em observação visual do fluxo de pessoas e pelo número de 25 residências no local, deduz-se que nos finais de semana o quantitativo de frequentadores, em percentual, é de 100 pessoas. Tendo como preocupação tornar viável a pesquisa, optamos em determinar o recorte da população em aproximadamente 10%, ou seja, a amostra da pesquisa será de 10 pessoas de ambos os sexos. Entre os critérios para escolha dos participantes ficou a livre adesão e consentimento na divulgação das informações e optou-se pela restrição da faixa etária. Crianças e adolescentes menores de 16 anos de idade não enquadram na proposta do projeto. A intenção, neste momento, foi manter o foco da pesquisa em uma faixa da população que estivesse, de alguma forma, desenvolvendo atividade remunerada, ou atividade de labor diário.

O critério metodológico para coletar dados estabelecidos foi entrevista semiestruturada para 10 (dez) colaboradores, com o intuito de trazer informações acerca do lazer no Distrito de Uruíta, tendo como proposta relevante coletar índice de informações afim de produzir dados empíricos para a compreensão científica dos sentidos/interesses motivacionais para o lazer nesta região. Foi elaborado um questionário semiestruturado com perguntas que contribuiriam para o diagnóstico de políticas públicas para o lazer em área urbana e rural. Deste modo foram

extraídas importantes informações acerca de: qual interação nas atividades de lazer e quais são elas; fatores ambientais e sua influência na práticas de lazer; opções individuais e coletivas; características que envolvem a escolha para explorar o ambiente; fatores de coesão social que levam pessoas a se unirem ou se dividirem em torno de determinados lazeres; as buscas por alternativas e as variações encontradas nos diferentes modos de realizar o lazer e comércio que se estrutura em volta da opção de praticar lazer nesse espaço geográfico. Os dados gerados por via da observação foram registrados em diário de campo e em registros fotográficos, vindo a compor acervo em conjunto com a entrevista.

1. QUANDO SURTIU O LAZER

Entende-se que, para estudar o lazer em suas entrelinhas, é necessário trazer à tona o entendimento que as pessoas têm sobre o fenômeno para, gradualmente, formar uma estrutura que diagnosticará os interesses dos entrevistados para com o lazer no ambiente natural. A meta é estabelecer o entendimento cronológico do surgimento do lazer a partir do canal de debate aberto por Gomes (2004), sobre a origem do fenômeno: “O lazer sempre existiu ou representa um fenômeno característico das modernas sociedades”. Em seu estudo bibliográfico Gomes (2004), encontra (02) duas correntes distintas conceituando a origem do termo lazer: De Grazia (1966) e Dumazedier (1979).

Justifica-se este levantamento para que se possa elucidar o nível de conscientização, contextualização e domínio do tema lazer como expressão cultural, por parte dos entrevistados que exercitam o lazer na zona urbana e rural do Distrito de Uruíta. Este processo investigatório utiliza o recurso de entrevista oral para fazer a relação entre o fator de interesse e o tempo disponível para a realização do lazer.

Entende-se, através de relatos dos entrevistados Benedito Fernandes, Jaqueline Dias e Denise Gonçalves, que a compreensão da origem do lazer é a mesma defendida por Dumazedier (1979), ou seja, para os mesmos o atual conceito de lazer surgiu após a revolução industrial e, conseqüentemente, está atrelada à necessidade do trabalhador em apropriar-se do tempo livre, agregando-se a este momentos de prazer.

É o que profere o entrevistado, Benedito Fernandes, servidor público estadual, com formação acadêmica em Geografia, residente na zona urbana deste Distrito. Nota-se que ele reconhece a existência do fenômeno do lazer a partir do momento histórico em que o homem dedicou sua força de trabalho para a produção de mercado. Para Benedito, o lazer é fator substancial na vida do trabalhador por ser o momento de descanso e renovação das forças gastas no envolvimento com o trabalho. Relata ainda que sua preferência é realizar o lazer junto à natureza, por entender que o conjunto de fatores natural/rústico possibilita maior tranquilidade do que em clubes recreativos.

De Grazia (1966) apud Gomes (2004, p.134), sustenta o emprego do termo Skholéera, para representar o tempo fora do trabalho, o qual tinha finalidade de gerar prazer interior/intrínseco. De acordo com De Grazia (1966) apud Gomes (2004, p. 134), adeptos da mesma linha de raciocínio em que a origem do termo lazer, retroage ao período dos filósofos da antiga Grécia. “[...] lazer como estado filosófico atingido pela mente por intermédio da música e da contemplação”. Assim, para membros da sociedade clássica, o lazer é um estágio de prazer mental alcançado pela plenitude de ações que repousam em calma emocional. Pensa-se que este estágio mental é alçado tanto pela composição de fatores externos convenientes à apreciação de imagem/paisagem, quanto pelo se ouvir música com finalidade de atingir estágio de paz intrínseca.

A entrevistada Denise Gonçalves, funcionária pública, graduada em Letras, já trabalhou no comércio sendo atendente. Questionada sobre o entendimento do lazer e de sua origem, explana o entendimento de que o fenômeno é fato recente, pois, a seu ver, mesmo que a sociedade clássica o fizesse como sentido próximo ao atual difere na forma de realizá-lo. Denise comenta que a discussão sobre o tema poderia ser abordada na sociedade e nas instituições escolares. Ela, como formadora de opiniões acredita na importância da compreensão do tema tanto por parte do corpo docente, quanto pelos discentes, pois, segundo ela, o significado de lazer ainda está atrelado ao entendimento de recreação e diversão. E poderia trazer conceito crítico para os alunos, caminhando para construção do desenvolvimento pessoal, social e cognitivo. A entrevistada expressa raciocínio semelhante aos entendimentos da proposta de Dumazedier (1979), apud Gomes (2004), no qual o emprego do termo é relevante após a Revolução Industrial, uma vez existir divergência quanto ao que os filósofos praticavam enquanto momento de descanso.

[...] diz não acreditar que a desocupação dos filósofos da antiga Grécia ou dos fidalgos do século XVI possa ser chamada de lazer, já que estes por ação dos escravos e camponeses deleitavam em sua ociosidade. Deste modo ócio não se define em relação ao trabalho, não é nem um complemento nem uma compensação: é um substituto do trabalho por ação de outros. (GOMES, 2004, P136)

Continuando o estudo, tem-se a opinião da entrevista de Jakeline Dias, que cursou o ensino médio completo, empregada no comércio, (atendente de supermercado). A mesma expressa que não tinha se preocupado em pensar

quando surgiu o termo lazer, mas acredita que o lazer como sempre conheceu, surgiu da necessidade da pessoa/trabalhador descansar após horas de labor. Segundo Jakeline, o lazer só ocorre em momento fora da hora da jornada de trabalho, porque no período de labor há cobrança por parte do patrão por resultados no atendimento. A entrevistada ressalta que apenas aos domingos tem tempo suficiente para passear com os amigos. Relata também que o lazer aquático é de sua preferência porque tem satisfação em nadar, brincar e dialogar com os amigos, procurando afastar-se das preocupações laborais.

No sentido da pressão por resultados há semelhança entre o fato relatado com o que é referendado por Dumazedier (1976), pois, segundo entendimento do autor, foi a partir da Revolução Industrial que se iniciaram as pressões dos empregadores por quantitativos de produção. É algo paralelo ao que relata a entrevistada Jaqueline Dias. Analisando de forma crítica, o lazer surgiu da necessidade do trabalhador em amenizar a sobrecarga imposta pelo patrão e, após períodos de lutas, vem tornar-se direito trabalhista. Amparado em lei o empregado tem maior oportunidade de espaço temporal para descontração emocionalmente e renovar as energias gastas no ato laboral. Seguindo nesta diretriz e no pensamento de Dumazedier (1976) a estrutura de tempo para o exercício do lazer é caracterizada pela compreensão da existência de interstício permissível ao trabalhador para desenvolver atividade de lazer de sua preferência.

Portanto, a pesquisa mostra o entendimento dos entrevistados de que o lazer é um fenômeno recente, oriundo da relação trabalhista da era moderna, diferente de situações de subserviência ocorrida nas sociedades clássicas. Porque como tal foi realizado, o membro da elite utilizava de força procedente de servos para realizar os trabalhos cotidianos, não estipulando a este o direito ao lazer (descanso) como se aplica na sociedade contemporânea. Para o momento atual, entende-se que o direito ao lazer é uma forma de subsidiar o empregado com oferta de tempo livre durante o qual o trabalhador ajustará intermediação temporal, indo dedicar ao exercício que lhe traga renovo físico, emocional e mental.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS EM ÁREA URBANA

Para entendimento deste trabalho acadêmico é fundamental lançar algumas informações, capazes de situar o leitor, sobre as particularidades do Distrito de Uruíta. Foi realizado levantamento da infraestrutura do Distrito de Uruíta para atender a demanda da população por atividades de lazer. Ana Pellegrin (2004, p. 70-71), apud Requixa (1980) e Camargo (1979) faz referência a dois tipos de equipamentos voltados ao lazer, classificando-os em específico e não específico. O primeiro refere-se a locais construídos para que sejam realizados atividades e programas propícios ao lazer. Para segundo entendimento a construção não tem finalidade exclusiva para o lazer, porém acabam assumindo de forma secundária esta função. Como exemplo de equipamentos não específicos do lazer, Ana Pellegrin (2004, p.71), cita a casa, rua e escola como locais que, em razão da não existência ou falta de condições de acesso da população, acabam se tornando pontos de lazer.

Em se tratando desta questão, a pesquisa confirma, por meio de registro fotográfico, que o Distrito de Uruíta conta apenas com três ambientes públicos cujas construções tiveram como intencionalidade o exercício do lazer. Deste modo, citam-se as duas quadras de esportes e a Praça José Mariano Costa como palcos para apresentação de eventos que podem ser correlacionados a áreas que representem o interesse do lazer cultural, social e físico.

Quanto ao espaço não específico de lazer na área urbana de Uruíta, esta pesquisa observou a existência de três ambientes privados: Clube de Mães Amor e fraternidade, Salão Paroquial e Associação de produtores rurais. Estes espaços foram construídos por organizações não governamentais, que idealizaram atender aos propósitos particulares dos grupos, servindo como locais de encontro para tratar de assuntos pertinentes a cada um. Contudo em plano secundário, ocorre a proposta de alugar as edificações para terceiros desenvolverem eventos particulares, tais como: cerimônias de casamentos, aniversários, reuniões políticas, palestras, cursos e bailes festivos. Confirmando haver sentido variado para sua utilização e compreendendo que o local é utilizado de diversas maneiras pela população, sendo que cada grupo estabelece sua forma de realização do

evento.

O salão do clube de mães Amor e Fraternidade tem representação histórica para comunidade de Uruíta. Entende-se que a associação representa o início da proposta de formação de organizações cooperativas no Distrito. Foi a partir das experiências vivenciadas pelas associadas do Clube de Mães que surgiram novos empreendimentos organizacionais com sentido coletivo, tais como: Associação de Lavoura Comunitária e Movimento Camponês Popular. Estes grupos, porém, não possuem espaços particulares para realizarem suas reuniões, elas acontecem nas residências dos sócios. Segundo fatos apresentados por Maria da Abadia, comerciante e atual presidente da organização não governamental Clube de Mães Amor e Fraternidade, esta Associação surgiu com a proposta de auxiliar as sócias no desenvolvimento social a partir da formação cidadã. O estatuto do Clube de Mães Amor e Fraternidade expressa em seu artigo 3º.

[...] proporcionará a suas associadas atividades cívicas, recreativas, culturais, sociais e assistenciais tais como: cursos, palestras, seminários, encontros, festas e campanhas etc. (ESTATUTO CLUBE DE MAES AMOR E FRATERNIDADE DE URUÍTA, 2013).

Segundo Maria da Abadia, em parceria com a comunidade local, o Salão do Clube de Mães, construído no ano de 1990, é a primeira edificação para atender a população como espaço de realização de eventos de cunho festivo e recreativo. A oferta de bailes dançantes era uma das molas propulsoras de lazer da população, servindo também para socialização das associadas. De acordo com a atual presidente, com o passar do tempo, as atividades do Clube de Mães foram cessando e hoje se encontram interrompidas. Observa-se que a fase de decadência iniciou-se por uma série de questões, mas, segundo ela, a principal foi a mudança de preferência do público, que passou a ter interesses por novos estilos de lazer. Ressalta-se que estamos inseridos em uma sociedade que está em constante transformação e, por falta de recursos financeiros, as associadas não tiveram condições de acompanhar essas mudanças e acabaram ficando preteridas diante de novas formas de lazer que foram surgindo.

Existem em Uruíta duas quadras esportivas, localizadas no recinto das Unidades Escolares Colégio Estadual José Ribeiro Magalhães e Centro Municipal de Letramento II e que são utilizadas pela comunidade escolar em seus

respectivos turnos para as aulas de educação física e para ações escolares, como momentos cívicos, religioso, recreativos. Quanto às condições de estado físico, observa-se que os pisos das quadras estão com deformações e ásperos, implicando em dificuldade na realização das atividades desenvolvidas pelos alunos, isto por que não há, por parte dos órgãos competentes, programas de manutenção das mesmas. Em determinados horários, fora do expediente escolar, a população tem liberdade de utilizar o espaço para realizar jogos e brincadeiras, no entanto sem acompanhamento profissional que oriente as atividades.

A próxima etapa é conhecer o espaço físico central da cidade que é praça pública José Mariano Costa que possui ampla arborização e iluminação noturna, com variado número de assentos para descanso. A Praça da Matriz, como inicialmente ficou conhecida pela população, é caracterizada por espaço físico construído pelo poder público no ano de 1983, na gestão do Prefeito José Mariano Costa. A proposta para sua edificação foi criar um local onde as pessoas pudessem se encontrar socialmente para descontrair, recrear e praticar exercícios físicos, configurando, neste caso, o lazer com dois interesses: pessoal/social e físico. Pellegrin (2004), expressa que os espaços ganham importância para a cidade por representar multiplicidade de funções, representando o ponto de encontro, de convívio. “[...], lugar de práticas culturais, de criação, de transformação e vivência diversas, no que diz respeito a valores, conhecimento e experiências” (PELLEGRIN 2004, p.74). Por meio de observação e registro fotográfico, comprova-se que crianças vêm à praça para brincar e divertir com os jogos constituídos em sua essência por correrias da fase infantil, no entanto não existem acessórios para facilitar os jogos e brincadeiras, configurando descaso do poder constituído do Estado.

O artigo 6º da Constituição Federal de 1988 refere de maneira genérica aos direitos sociais, como direito à saúde, ao trabalho, ao lazer, entre outros. Partindo desse pressuposto, os direitos sociais são dispositivos legais que exigem do Estado ação intervencionista para atender à população em seus anseios por qualidade de vida. O mapeamento dos espaços de lazer possibilitou diagnosticar em que patamar ocorre o emprego de políticas públicas dirigidas a atender a população. Entende-se que até a presente data, o direito ao lazer, garantido pela constituição federal, não é disponibilizado à população na proporção adequada a

atender aos seus anseios.

Pensa-se, com isto, que os dirigentes não apropriaram da capacidade de intervir, junto à sociedade, com ações que respaldem o cidadão, no sentido de promover espaços para realização de eventos culturais, artísticos e sociais e que venha contribuir, por intermédio do lazer, com a qualidade de vida. Ao referir pela não iniciativa governamental, pretende-se explicar a ausência de desenvolvimento de programas e eventos que tenham a intencionalidade de propiciar atividades de lazer, como ferramenta de bem-estar social. Entre as possíveis formas de garantir qualidade de vida por meio do lazer, estão: revitalização ou construção de espaços públicos, fornecimento de equipamentos, constante promoção de eventos e investimento em profissionais qualificados para trabalhar o lazer. Desta maneira o lazer se tornaria realmente direito social acessível a todas as classes, colaborando com o desenvolvimento humano.

3. INTERESSE DO LAZER NA NATUREZA

Mascarenhas (2003) expressa que o lazer não é fenômeno estático, está suscetível a mudanças, está em constante adequação em conjunto com a sociedade. Esta investigação científica busca estudar o fenômeno do lazer, enquanto atitude e sentimento humano, percebendo que atividade de lazer é significativa não apenas para sociedade contemporânea, mas também por aquelas que antecederam. Sendo assim, o lazer tem sido construído historicamente, perfazendo de uma maneira ou outra o seu caminho, mesmo antes do sistema capitalista e socialista ascender sobre todo o mundo. Com isto deduz-se que, se comparamos as relações pessoais e atividades específicas a cada período histórico, o lazer se faz representar por atitudes diferentes, trazendo imbuído valores e sentimentos difusos em cada época.

Esta fase do presente trabalho utiliza como referencial teórico as orientações de Dumazedier (1976) para interpretar a relação de interesse das pessoas que frequentam o Rio Uru como espaço natural para praticar o lazer. Dumazedier (1976) busca delimitar as ações em áreas para melhorar a compreensão do universo envolvido. Para que se possa facilitar o estudo do fenômeno lazer, estabeleceram-se cinco áreas de interesses sendo: físico, social, intelectual, manual e artístico. Mesmo que se entenda como distante uma área de interesse da outra, elas estão unidas em um único princípio que é a dedicação do tempo livre fora momento de não trabalho. Dumazedier (1976) referencia que o lazer é apropriação do ato de despreocupar das obrigações comuns do cotidiano, seja ela trabalhista familiar ou social. Entende-se que em decorrência do constante impulsionamento de forças externas/exigências patronais, sociais e familiares o indivíduo estabelece o lazer como mecanismo para amenizar as tensões cotidianas.

Os colaboradores, Reinaldo Teixeira Pessoa, que tem apenas o Ensino fundamental, vendedor de produtos alimentícios e Gilson Teixeira, Ensino Médio completo, comerciante de produto agropecuário, relatam que sempre atendem ao chamado dos amigos para ir acampar às margens do Rio Uru, mas como trabalham a semana toda, inclusive aos sábados, apenas aos domingos dedicam o tempo livre ao lazer. De acordo com eles os amigos se reúnem à beira do Rio

para conversar, beber cerveja e dançar. No entanto os dois preferem ir ao Rio para ficar junto à natureza, e prefere realizar o lazer com interesse físico como: natação, recreação, caminhada e pesca. Com esta afirmação se entende que ocorre variação da proposta inicial sugerida pelo grupo em realizar lazer com interesse social, já que têm firmado seus interesses pelo lazer em atividades físicas. Deste modo entende-se que um mesmo grupo de pessoas, em um mesmo ambiente, participa das mesmas atividades, mas com interesses/preferências individuais diferentes.

Tratando das classificações em áreas propostas por Dumazedier (1976), e tendo como exemplo os interesses físicos como forma de lazer, o que se percebe é que o objetivo é promover um programa de atividades físicas, tendo em vista a busca pelo sentir-se bem por intermédio de exercício físico, ocasionando a sensação de qualidade de vida através dos movimentos corporais. Pela fala dos participantes é perceptível que o grupo procura atividades físicas como forma de lazer, estimulado a participar esperando o prazer em decorrência do exercício físico. Não entra em questão de debate a comprovação científica do movimento corporal, mas sim o resultado/prazer emocional por realizar o movimento corporal. A presente pesquisa apresentou o fato ocorrido, no entanto não está em xeque debater a estruturação do lazer pelas áreas sugeridas por Dumazedier (1976), mas sim apresentar reflexões com o intuito de reforçar o quanto é complexo o estudo do lazer. O que vem a indicar a exigência do aperfeiçoamento do senso crítico do indivíduo, para que o mesmo possa assimilar os vários sentidos do lazer.

Através do relato de Carlos Vinícius, estudante do ensino médio, trabalhador braçal diarista e frequentador constante do local a convite de parentes que lá possuem lotes, percebe-se que o motivo do lazer no Rio se estabelece em atividade social, reiterando que o objetivo principal é encontrar amigos para sair da rotina trabalhista. Neste caso específico, observa-se que o espaço natural funciona como local de encontro para se estreitar relacionamento social, onde buscam a descontração e a troca de informações com o intuito não de formação profissional, mas sim de estabelecer contatos amistosos. Melo (2003, p.47) esclarece que, em princípio básico, a atividade de lazer formada por grupos tem características de relacionamento social, mas o fator determinante segundo o

mesmo consiste “[...] elemento motivador é exatamente a promoção pronunciada de tais encontros”. (MELO, 2003). É por isto que a ação do entrevistado é reforçada como interesse social, pois há intenção estabelecida previamente de se encontrar em espaço determinado para execução da ação.

Na investigação foi possível detectar o que os referenciais teóricos, Dumazedier (1976) e Melo (2003) estabelecem como o interesse manual para área do lazer, já que o objetivo por parte da pessoa não é comercializar o produto, ou diminuir gastos financeiros, como se vê pelo registro visual as construções e os materiais nelas aplicados (casas de alvenaria ou ranchos de palha), bem diferente do estilo arquitetônico e pela observação no empenho das pessoas principalmente do gênero feminino, na dedicação ao plantio e cultivo de jardins, confecção de artesanato e outros artefatos manuais. Para se chegar ao consenso de que é uma atividade de lazer, analisou-se a fala da entrevistada Marider Ferreira, funcionária pública, residente em zona urbana e que, recentemente, adquiriu um lote às margens do Rio. A mesma esboça por gestos e sorrisos, satisfação e alegria em falar de seus trabalhos manuais, demonstrando carinho ao confeccionar e atenção aos detalhes na montagem da casa. A entrevistada não percebe ação manual como lazer, mas sim em prazer no montar o espaço de acordo com sua preferência pessoal. Dando sequência ao estudo analisemos a referência de Melo (2003) “O indivíduo pode procurar determinada atividade com os mais diversos desejos conjugados, além de não necessariamente o fazer com plena consciência”. (MELO, 2003, p.39). Portanto a entrevistada Marider está realizando o lazer de maneira inconsciente, já que concilia o tempo livre com atividade que lhe propicia sensação de prazer e descontração.

Melo (2003) percebe a classificação para o lazer, quanto ao interesse intelectual, como ação na qual o indivíduo por meio de atividades que envolva a busca central de prazer, vinculada a atividade de raciocínio. Melo (2003, p. 46), apresenta alguns jogos difundidos popularmente como: xadrez, dama, gamão, brigde e os enquadra como atividades de lazer. Entre outras atividades que configuram interesse intelectual está a leitura e participação em eventos como palestras, seminários e fóruns, desde que não seja em busca de formação ou aperfeiçoamento profissional. A pesquisa não constatou pessoas realizando atividade que se configuram em interesse intelectual e isto é compreensível, pois

no distrito campo da pesquisa não há iniciativa da promoção de eventos que configuram este tipo de lazer. Contudo não está excluída a possibilidade de haver tal interesse, simplesmente não houve situações nem informações que conduzem a este tipo de lazer. Segundo Eric Tavares, Marider Ferreira e Salvino de Deus, no local há várias pessoas que se divertem com jogos de cartas (jogo de baralho: truco, canastra e caixeta). Esta modalidade não pode configurar em interesse intelectual, por consistir em jogos de probabilidade e não de raciocínio lógico. Como a intenção dos praticantes, ao ocuparem o tempo em jogo, é se divertirem com ação que envolva prazer, o lazer, neste caso, configura como interesse social.

Melo (2003 p.44), enquadra o lazer com interesse artístico “[...] mas sim, levar cada um à percepção de que é possível extrair prazer do ato de pintar, cantar, tocar, representar e escrever”. Por esta referência, chama atenção o fato de ocorrer, em Uruíta, a chamada “roda de cantoria”, na qual há a participação do público que, embalado pelo ritmo musical sertanejo raiz ou universitário, ocupa boa parte do tempo livre nesta modalidade de lazer. Aqui não está em análise a qualidade da produção artística, mas sim o ato de descontrair/divertir tanto do cantor quanto do público. Aliás, segundo José Ribeiro, residente da zona rural, comerciante de gado bovino de corte e leite, ele sempre vem à roda de cantoria para momentos de lazer. Relata que o ato de cantar junto à “roda de amigos” é gratificante por lhe trazer sossego e alegria, demonstrando que o prazer coletivo vem do ato de acompanhar o tom e ritmo da turma. O lazer artístico existe, segundo Melo (2003, p.43) “[...] não somente em espaço convencionais. Há também arte na cultura popular, nas quadras de samba, nas tradições folclóricas”. Portanto, a ocorrência deste tipo de lazer artístico é natural e é natural, também, que as pessoas liguem sua ação como atividade de lazer, mesmo não tendo formação artística profissional.

O conjunto de informações processadas a partir das entrevistas e a observação das atividades realizadas pelo público em foco possibilita construir elementos que confirmam que o lazer é pretensão do trabalhador/frequentador por espaço temporal para realizar atividades que lhe forneça prazer, emoção, diversão. Identificou-se variadas maneiras de se atingir o objetivo que o exercício de atividades de lazer, no entanto o interesse por atividades de lazer varia de

acordo com preferência pessoal. É notória a preferência dos frequentadores por duas áreas de interesse: físico e social, tendência registrada, em sua maioria, através de material fotográfico e pela fala dos entrevistados, indicando, de um modo geral, que as características ambientais, tais como: o clima, a temperatura, a sombra da vegetação propícia para refrescar as margens; o meio aquático: águas límpidas, calmas (falta de correnteza), profundidade, temperatura agradável e pescado atraem a atenção das pessoas para esses lugares.

Mas todos têm uma proposta em comum que é transcrita como sentimento do prazer, seja emocional, físico ou biológico. Foi possível concluir que a sociedade pesquisada compreende o lazer como período de folga do trabalho para realizar atividades adequadas a seu interesse. Os referenciais teóricos Dumazedier (1976) e Melo (2003), contribuíram para coleta de informações, tornando possível o levantamento do interesse dos entrevistados por áreas do lazer. Com isto, é possível conhecer que a atividade, por si mesma, não determina o tipo de lazer, mas sim o contexto proposto pela pessoa que a realiza e reconhecer preferências intrínsecas dos entrevistados e, posteriormente, determinar suas preferências e interesse em áreas de lazer.

4. CHEGA PRA LÁ

Ao estudar o exercício do lazer junto à natureza, é fundamental diagnosticar os impactos gerados pela ação humana frente ao espaço natural. Sabe-se que o tema meio ambiente já é bastante divulgado pelos meios de comunicação e também faz parte dos conteúdos didáticos presente em obras científicas. Após pesquisa bibliográfica, conclui-se que não há trabalho desenvolvido para região específica do Distrito de Uruíta, surgindo assim, a possibilidade de criar uma plataforma que referencie próximos estudos. Conforme pesquisa empírica, a partir de 2010, iniciou-se o processo de comercialização de lotes às margens do Rio Uru, com a proposta de servir como espaço para o exercício do lazer. A legislação ambiental tem proposta de regulamentar a utilização das áreas consideradas de preservação permanente. Entende-se que, tanto o exercício do lazer na natureza, quanto comercialização e ocupação do local, devem atender aos princípios da Lei Federal 12.651/2012, resguardando o equilíbrio dos recursos hídricos, flora e fauna a partir da restrição de atuação extrativista dentro da reserva legal.

Art. 1º-. Esta Lei estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art78)

A pesquisa se fez pela análise de entrevista, material fotográfico e observação do local, inicialmente como forma de ponderar sobre o estágio de conservação atual e o anterior. Foi utilizado como forma comprobatória, o registro fotográfico, disponibilizado pela senhora Luzia de Oliveira, agricultora, ensino fundamental completo. A escolha da entrevistada é justificada por esta já ter sido proprietária de grande parte do terreno denominado “Fazenda Boa Vista do Uru”, onde se efetuou a pesquisa a campo. Portanto, Luzia de Oliveira é uma fonte confiável para prestar informações, por já ter residido no local e continuar a frequentar o mesmo, podendo, então, ser considerada como testemunha ocular da história por presenciar os acontecimentos ambientais nas últimas duas décadas. Pelo depoimento de Luzia de Oliveira, sabe-se que após ela ter vendido

o referido espaço, o comprador realizou acentuada comercialização de minúsculas glebas de terras, chamadas de lote, o que fez aumentar estrondosamente o número de proprietários e, conseqüentemente, de frequentadores/turistas.

Entende-se que o processo de ocupação do complexo de lazer ganha contornos mais valia pelo fato do “garoto propaganda” ser o Rio Uru. Notoriamente a mercadoria de valor é permissão de entrada no local e o poder do proprietário/frequentador de fazer o uso e fruto do local como assim o pretender. De acordo com a Lei 12.651/2012, não poderão ser ocupadas as áreas de preservação ambiental. O Art. 4º trata especificamente do limite de reserva legal e, para o caso específico do Rio Uru, a delimitação é de cinquenta metros para os cursos d’água que tenham de dez a cinquenta metros de largura. Em tempo, informa-se que a única documentação relativa à transação comercial é um recibo de compra e venda, firmado por ambas as partes, não podendo ser registrado em Cartório de Registro Cível porque o perímetro do lote está em uma área que não pode ser utilizada para fins de extrativismo e/ou moradia. Quanto à venda e posterior ocupação da reserva legal está a infringir a legislação vigente, configurando em crime ambiental passivo às sanções. A citação a seguir orienta o entendimento do que é reserva legal, estabelecido no código florestal.

A reserva legal é uma área localizada no interior da propriedade ou posse rural que deve ser mantida com a sua cobertura vegetal original. Esta área tem a função de assegurar o uso econômico sustentável dos recursos naturais, proporcionar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos, promover a conservação da biodiversidade, abrigar e proteger a fauna silvestre e a flora nativa. O tamanho da área varia de acordo com a região onde a propriedade está localizada. Na Amazônia, é de 80% e, no Cerrado localizado dentro da Amazônia Legal é de 35%. Nas demais regiões do país, a reserva legal é de 20%. (PROPOSTA DE REFORMA DO CODIGO FLORESTAL, p. 03), (http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Hortalicas/26RO/cartilhaCF.pdf)

Os entrevistados Salvino de Deus, Marider Ferreira e Marco Antonio declaram que compraram seus terrenos para utilizar, principalmente, aos finais de semana e feriados, período que eles têm para se dedicarem às praticas de lazer junto à natureza. Bruhns (2004, p. 96) expressa que, muitas vezes, o indivíduo estabelece opções de resguardo “[...] procurar não se meter em coisas desagradáveis e não ir além dos próprios limites”. Assim o lazer assume caráter

utilitário propiciando estado emocional de “tranquilidade e serenidade”. De acordo com relatos dos entrevistados, pode-se deduzir que há percentual elevado de procura pelo espaço do Rio para o lazer, com o intuito de alcançarem um estágio de tranquilidade mental desvincilhando atenção dos afazeres do cotidiano. Os entrevistados expressam que as características naturais como clima, paisagem, limpidez das águas, despoluição e limpidez das águas, flora, compõem o atrativo para presença às margens do Rio Uru. Fato interessante é a preocupação dos entrevistados em criar mecanismos de atividades e experiências de lazer que misturem a rusticidade do espaço natural com a modernidade paramentando as acomodações com artefatos eletroeletrônicos. Percebe-se que eles se preocupam em estabelecer, neste espaço, o mesmo conforto e segurança da área urbana. Para tanto construíram residências (casa, barracão, rancho) e procuram aparelhá-las com mobília, mantendo disponibilidade de conforto da evolução tecnológica como: televisão, antena parabólica, aparelhagem de som, utensílios de cozinha, acessório de cama e banho.

Marinho, Schwartz traz considerações alarmantes para os impactos no meio geofísico por consequência da estadia humana na natureza. “Muitos fatores têm interferência direta sobre o equilíbrio e a preservação ou mesmo, sobre a depredação do ambiente, entre eles, pode-se citar a própria presença humana”. MARINHO, SCHWARTZ (p.2). <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/291.pdf>. Todo este movimento interventor configura na depredação do homem para com a natureza afetando o ecossistema natural.

De acordo com relatos da senhora Luzia de Oliveira, no decorrer dos últimos quatro anos a paisagem mudou drasticamente. Parte da mata ciliar foi derrubada e, com isto, animais silvestres que podiam ser vistos facilmente desapareceram e também ocorreu diminuição do pescado, ao passo que aumentou consideravelmente o quantitativo de pessoas no local de estudo. A ocupação constante de frequentadores, por si só, já gera impactos no meio natural, como exemplo o lazer social embalado por sons automotivos condicionados até altas horas que acabam por modificar o hábito de espécies de animais de vida noturna. O § 5º da Lei 12.651/2012 expressa preocupação em conservar a qualidade da água e do solo e proteger a fauna silvestre nas áreas de vegetação nativa. Portanto, é preocupante a interferência humana na fauna local.

Marco Antônio, residente no Distrito de Uruíta, nível de escolaridade ensino médio, relata que sua escolha em comprar o terreno é significativa. Por representar perfil de proprietário que tem acesso ao lazer urbano e atuação profissional na área rural, o mesmo tem conhecimento de causa e efeito sobre o reflexo da ocupação. Segundo ele, a região possui solo arenoso com baixo nível de nutrientes orgânicos, caracterizando vegetação de cerrado e tendo predisposição para desertificação. Vasconcelos, (1974), considera que a vocação desértica é decorrente de instabilidade do equilíbrio ecológico e desmatamento de vegetação nativa. Matallo, (1987), explica que o processo de desertificação está relacionado à perda de substrato do solo, ocasionado erosões e, conseqüentemente, falta de sustentação vegetal. A partir deste referencial teórico, reafirma-se o entendimento do entrevistado sobre a possibilidade de desertificação do espaço supracitado.

O espaço comercializado (lote) demarcado pelo proprietário majoritário por cerca de arame é composto por aproximadamente 12 metros de largura por 60 metros de comprimento, findado o perímetro na margem do Rio Uru. Observa-se não haver uma faixa resguarde de mata ciliar entre um lote e outro e que a intenção de todos os proprietários é construir casas no local. Notoriamente, para edificação das residências, há de se derrubar a mata e em por não haver espaço para estacionamento dos veículos automotores, os mesmos são guardados no perímetro interno dos lotes.

A pesquisa revela que há um aumento considerável de pessoas convidadas pelos proprietários para virem participar do espaço natural como instrumento de lazer. Com isto as residências são construídas com capacidade para acomodar elevando demanda de pessoas e identifica-se a necessidade de espaços para acondicionar os veículos. Vê-se também que, para ter facilidade na chegada à moradia, o proprietário desmatará mais uma porção para construção de caminho de acesso e, como consequência disso, tem-se a redução da vegetação nativa. As disposições dos artigos 2º e 225º e inciso 1º da Lei 6938/81 fundamentam o dever do proprietário em reparar a degradação, fato que, para construção, faz necessária licença ambiental para supressão de mata ciliar. O recorte de matéria veiculada num jornal relata a atuação do IBAMA em situações de ocupações semelhantes ao presenciado.

[...] professor que passava o fim de semana no local com a família foi multado em R\$ 1.500,00. Ele disse aos fiscais que não tinha conhecimento da Lei ambiental. “Os donos das outras casas também vão ser multados”, disse o fiscal do IBAMA de Catalão. 'A legislação não permite a construção de casas na beira de rio. Além da multa, o responsável responde a um processo criminal', explicou o fiscal. Quem for multado tem 10 dias para recorrer. (<http://www.catalaonoticias.com.br/noticias/index.php?Secao=NoticiasVer&id=ODU>)

Silva; Noleto, (2004), faz alerta “[...] situação de desconforto no que concerne à geração e destino final dos resíduos sólidos”. Para a autora, a problemática chama a sociedade para participar das tentativas de solução em razão da “saturação dos equipamentos de depósito destas sobras”. Observando o quantitativo de pessoas que frequentam o espaço natural do Rio Uru, levantam-se questionamentos sobre quais procedimentos são reservados para o destino do lixo doméstico gerado nesta localidade.

A entrevistada Eliane Nunes, licenciada em geografia, frequenta regularmente o espaço com a finalidade de lazer social e para o descanso mental e relata não existe, por parte dos órgãos municipais, programa para a coleta do lixo produzido no local. Também não há local apropriado que atenda às normas de segurança para armazenamento dos resíduos sólidos e recicláveis. Por tal razão, o descarte/armazenamento do lixo produzido no local fica sob a responsabilidade de quem o produz. Silva; Noleto, (2004), faz sugestões de procedimentos básicos para o descarte de resíduos sólidos.

[...] Já o resgate da dívida ambiental vem das ações de levar o lixo a um destino correto com adequadas técnicas de manejo, usando drenagem de chorume, impermeabilização e tratamento dos resíduos. (SILVA; NOLETO 2004, P. 7)

Segundo Eliane Nunes, consciência ambiental não é um consenso em todo o grupo de frequentadores; há descontrole por parte de alguns. Em decorrência do descuido com as normas ambientais, o efeito do lixo agride diretamente o equilíbrio ecológico, tanto a fauna, quanto a flora, pois, conforme relato de Eliane Nunes, alguns proprietários fazem uso de fogueiras para queima de resíduos, outros acondicionam em sacos plásticos que, com o decorrer do tempo, se deterioram das e o material é espalhado pela região. Também ocorre que animais silvestres como macacos, cachorros e gatos do mato, atraídos pela

facilidade de alimentos, carregam, reviram, e/ou perfuram os recipientes derramando os detritos no solo e lançando-os às margens do Rio e, com o efeito das enxurradas das chuvas, acabam sendo jogados para dentro do leito do Rio.

Utilizando o aparte de Silva; Noletto, (2004), fica o alerta de como as riquezas naturais fauna, flora e hídricos estão sendo degradadas por não haver um trabalho adequado com o lixo doméstico. Esta infinidade de pequenos atos vem acarretar, a curto e médio prazo, alteração na paisagem e no desequilíbrio fauna e flora. Em tempo Silva; Noletto, (2004), contrabalanceia com a alternativa para resolver a falta de coleta organizada: cada produtor de lixo deve recolher e selecionar os diferentes tipos: plástico, papel e reciclável e, em seguida, destiná-los para recolhimento da coleta seletiva de materiais.

Entende-se que o fato de praticar lazer em um espaço natural está associado com abrangentes características de belezas naturais. No entanto, a falta de conscientização grupal afeta a paisagem local. Percebe-se que a falta de respeito às normas ambientais é comum tanto por parte da população, quanto pelos órgãos competentes em fiscalizar o assédio descontrolado do homem sobre a natureza. Para efetivação de políticas públicas junto à população, estas devem ser alicerçadas em ações que favoreçam a compreensão do lazer como alavanca capaz de proporcionar aos seus participantes não só divertimento, descanso e renovo emocional, mas também conhecimento capaz de conscientizar a população da necessidade em preservar os recursos naturais.

5. MERCADORIA DE LAZER

De acordo com Bruhns, (2004), o lazer é uma construção sociocultural, formada pela conjunção de elementos externos como política, psicologia e economia. E para entender o fenômeno lazer, não se pode desconsiderar os sentimentos e sensações intrínsecas do ser humano e também os fatores externos do meio social. Deste modo, pensa-se que não há como estruturar o lazer rigidamente como um modelo universal comum a todos, porque são inúmeras as circunstâncias externas e internas que exercem influências sobre o fenômeno. Pensando na capacidade de adaptação do ser humano e considerando que nas últimas décadas houve aumento, por parte da população, ao acesso dos recursos tecnológicos e que isso ocasionou um encurtamento entre culturas, onde a popularização e a disseminação rápida de produtos e informações contribuem na transformação de preferência e identidade, influenciando centros urbanos e suas periferias em tempos síncronos, justifica-se a importância de avaliar possíveis interferências nas formas de realizar atividade do lazer.

Tendo em vista as considerações expressas anteriormente por Bruhns, (2004), entende-se a relevância de analisar a influência dos avanços tecnológicos sobre atividades de lazer realizadas às margens Rio Uru, na região do Distrito de Uruíta. A percepção dos acontecimentos pode esclarecer o nível de entendimento dos entrevistados acerca do contexto do lazer. Luzia de Oliveira, quando questionada sobre as transformações na maneira de vivenciar o lazer, tendo como ponto de partida as duas últimas décadas, afirma que antes a ação do lazer estava relacionada à adaptação do indivíduo às condições naturais, sendo que a participação no espaço não ocorria com o uso constante de aparatos tecnológicos. O ato de lazer no Rio Uru estava vinculado às relações sociais e físicas, com o intuito de diversão. Deste modo a procura pelo lazer consistia no interesse social e físico, adaptando a atividade à disponibilidade dos recursos materiais presentes no local. No momento atual, a entrevistada percebe mudanças no ato de exercitar o lazer e de interagir com o espaço natural, pois há o emprego de recursos eletrônicos como televisão, antena parabólica, tablets, entre outros. Para Luzia de Oliveira, a intenção, ao realizar o lazer no Rio Uru,

deixou de estar relacionada à diversão e descanso para assumir contornos de exibicionismo do uso dos recursos financeiros.

De acordo com entendimentos de Luzia de Oliveira e Salvino de Deus, em razão dos aparatos elétrico-eletrônicos presentes no espaço de lazer, ocorre mudanças significativas na forma de expressar o fenômeno do lazer. Os entrevistados demonstraram que, por tomarem posse dos avanços tecnológicos, ocorreu variação até do ato social que assumiu características de apresentação de exibicionismo a seus pares.

Para Marcellino, (2001), o lazer não é apenas uma atividade, mas uma manifestação humana que envolve em seu interior não só características que tangem o tempo livre. Faz parte deste conjunto, as atitudes e os diferentes conteúdos que caracterizam formas variadas de executar o lazer. A pesquisa de campo conseguiu captar mudanças de comportamento aos longos dos últimos anos, no entanto, conforme análise de situações e relatos, não se pode ter um julgamento prévio sem antes estudar o contexto socioeconômico. Como bem descreve os entrevistados Eric Tavares e Marider Ferreira, os gastos financeiros no aparelhamento do local de estadia têm como finalidade trazer, para o meio natural, as facilidades propostas pelo uso de material tecnológico. Entende-se que existe a preocupação em condicionar as atividades de lazer no espaço natural com o conforto encontrado à disposição da sociedade moderna. A colaboradora Marider Ferreira expressa que o fato de utilizar os materiais eletroeletrônicos e se estabelecer em casa de alvenaria não se trata de tomar forma de exibicionismo do poderio econômico, mas sim de aproveitar o progresso tecnológico, tornando ainda mais prazerosa a estadia na natureza durante os momentos destinados ao tempo de não trabalho, já que a facilidade de acesso aos recursos permite conforto similar ao do espaço urbano.

Fernando Mascarenhas, (2005), em “Lazer e Utopia: Limites e Possibilidades de ação Política” critica as mudanças que imputam o lazer nestas últimas décadas, fazendo respaldo ao processo de transformação do lazer em mercadoria. Fato que se tornou comum na sociedade contemporânea, já que a prática do lazer se encontra incorporada às relações mercantis, prevalecendo uma função de objeto comerciável ao ato do lazer, estruturando deste modo o “mercolazer”. Nesta roupagem existe algo implícito que é a ostentação do que se

está realizando, porque é adquirindo que o indivíduo mostra sua satisfação e gera sentimento de prazer emocional em razão do ato consumista. Com isto, a ocupação do tempo livre na atualidade se encontra extremamente vinculada ao capital, ou melhor, algumas formas de lazer são transformadas em mercadorias comercializáveis e altamente rentáveis.

Não há como negar que a industrialização e a expansão do mercado capitalista influíram não só na concepção de lazer, como também na sua forma de realização. Com isto, o próprio entendimento da vivência do lazer modifica-se, pois, para algumas pessoas, os aparatos contribuem por facilidades na realização, para outras, através dos investimentos, o lazer se torna uma forma de impressionar as demais pessoas com a capacidade do investimento. Portanto, se percebe nas transcrições a influência expressiva do sistema capitalista sobre formas de desenvolver o lazer, ocasionando a cultura do lazer *hi-tec*, este é fruto do pensamento capitalista que forma avalanche de ideias a induzir gastos financeiros na aquisição do status de poder.

O aparelhamento do lazer em mercadoria ocorre, em sua maior parte, nos equipamentos de lazer como conhecemos. Estão nos shoppings, cinemas, clubes aquáticos e de recreação, teatros, museus, centros esportivos, boates, academias, dentre vários outros espaços que, em sua grande maioria, são privados e, para se ter acesso a eles, o indivíduo precisa desembolsar dividendos (recursos). Por análise crítica, pode-se entender que estes espaços privados têm como foco atender à população, mas em troca há de haver contrapartida financeira, o que configura em mercadoria financiável. Nesse viés, o indivíduo usufrui o lazer como forma de ostentação do poderio econômico, sendo que usar materiais esportivos e realizar o lazer torna-se proposta de autoafirmação do quantitativo financeiro.

Gomes e Melo, (2003), alerta para o crescimento de uma indústria vinculada ao mercado do lazer através do comércio de produtos e serviços. Com a atual conjuntura, os indivíduos se encontram munidos de uma multiplicidade de experiências, distrações e ocupações fomentadas pela indústria do lazer. Não é por acaso que o lazer vem gradativamente ganhando novos olhares e enfoques por parte dos pesquisadores de diferentes áreas do saber.

Tendo a intenção de situar o debate para que o leitor possa ter entendimento da configuração do processo de mercolazer, o relato de Luzia de Oliveira, que morou no local por várias décadas, compreende todo o processo de comercialização. Analisando o relato de Luzia de Oliveira, pelo viés capitalista, encontramos que determinado indivíduo adquiriu a gleba de terra (Fazenda Boa Vista do Uru) por valor X, posteriormente realiza a venda de uma parte minoritária do imóvel, mais preserva em sua posse a parte majoritária. Entende-se que, com a venda dos lotes, o mesmo conseguiu arrecadar recurso suficiente para quitar o preço estipulado a toda fazenda Boa Vista do Uru. Deste modo, o sujeito compra algo por tal quantia e vende uma pequena parte por valor suficiente para pagar o todo. A discussão é centralizada no ato de comercialização de lotes junto às margens do Rio Uru, uma vez que os mesmos se tornam verdadeira especulação imobiliária.

O princípio de valorização financeira dos lotes ocorreu por dois motivos: primeiro em decorrência da falta de políticas públicas que propiciem ofertas de lazer à população e, segundo, pelo sentimento nato do ser humano em servir-se da natureza como espaço para o exercício do lazer. Toda esta transação comercial esbarra em parâmetros estabelecidos no sentido ambiental. Observa-se ainda que os lotes negociados situam-se em zonas de terras onde, por lei, não podem ocorrer atividades extrativistas e, mesmo que houvesse a possibilidade de uso e a ação contraventora estivesse liberada, esta porção de terra, na prática, não é utilizada como meio de produção, porque as características relativas à condição do solo, pobre em matéria orgânica, e a proximidade com o leito do Rio Uru tornam a área inexpressiva na produção agrícola. O que se percebe, em relação ao ato, é o aproveitamento de fatores externos (negligência do poder público), tornando possível a ação. Assim, esta área passa a estar sob a procura de compra para ser utilizada como espaço de lazer, assumindo caráter de mercado especulativo.

Os referenciais literários de Mascarenhas, (2005), permitem ampliar a visão crítica sobre este tema de estudo, pois se percebe, por eles, que o meio social, político, econômico e cultural influi diretamente no significado e uso do lazer. Considerando as análises tecidas até o momento, há de convir que é uma tarefa complexa tecer discussões sobre o lazer, ainda mais no que tange ao seu

processo de mercadorização. Entende-se a necessidade de alguma iniciativa coletiva que possa vencer esse ferrenho processo de privatização dos espaços. Processo este que só reforça a concepção de mercolazer, ou melhor, a visão do lazer como mercadoria, tornando o trabalhador refém do desejo de consumir. Por isso, faz-se necessária a organização de ações capazes de reivindicar criticamente pelo direito ao lazer, partindo da organização de um projeto contra-hegemônico que busque não pela alienação, mas pela cidadania e desenvolvimento humano, por meio de um lazer socialmente organizado, pensado e construído.

Mascarenhas, (2005), vem justificar alternativas de entendimento do que é o lazer sugerindo apropriar-se de maneira propositiva de sua essência, amparado, em especial, nas políticas sociais do lazer calcadas por uma concepção dialética da história. Continuando neste perímetro, respaldo as mudanças econômicas, políticas e culturais que perfazem a construção do lazer a partir da sociedade moderna, vislumbrando observar alternativas de lazer fora desta perspectiva de mercadoria e capital, a proposta referenciada por Mascarenhas (2005) trata de desenvolvimento e aplicação de políticas públicas capazes de conscientizarem a população sobre o lazer crítico. Este modelo de lazer possibilitaria o indivíduo a ter consciência das amarras que o sistema busca produzir a fim de convencer o trabalhador de que o lazer só é lazer se nele se aplicar o regime de ostentação e consumismo.

Utilizando as opiniões de Mascarenhas, (2005), acerca de “outro lazer”, vindo adequar a necessidade do cidadão/trabalhador de combater a idéia enraizada de merco lazer, esta empreitada parte do princípio de romper com a continuidade gerada pela maciça influência dos meios de comunicação que empurram, goela abaixo, a concepção capitalista, dificultando a construção de formas alternativas para este lazer. O próprio Mascarenhas, (2005), alerta que “outro lazer” fora do mercolazer acaba sendo enfatizado como utópico. Já que, ao pensar em “outra alternativa” significa também pensar historicamente em “outra sociedade”, mais democrática, igualitária, livre de relações de dominação, opressão, exploração e exclusão, onde esta sociedade possa buscar por políticas públicas que realmente sejam voltadas para o bem-estar de toda a população de forma geral.

De acordo com Mascarenhas é plausível sim, alternativas que se contraponham ao mercolazer, porém somente será possível por meio da construção de proposta “dialetrizada rumo à construção de outro projeto, o societário”, podendo ser desenvolvido por meio de unificação de políticas e pedagogias vinculadas à concepção de lazerania. A terminologia “lazerania” tem como objetivo central a formação de uma cultura do lazer vinculada à educação, ao senso crítico e formação de ações de lazer libertas do poder manipulador do capital.

[...] procura expressar possibilidades de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social de uma sociedade cujo direito ao lazer pode ter seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daquele que concentra poder econômica (Mascarenhas, 2004, p – 159).

Tal passagem leva a subentender que a apropriação da “lazerania”, pressupõe um projeto de formação e emancipação humana por meio de uma proposta educativa de lazer enquanto um instrumento, tanto pedagógico como político, que possa vir a colaborar para o processo de transformação social através da própria conscientização da sociedade sobre o lazer enquanto manifestação cultural. Para tanto, é necessário que o homem, enquanto sujeito social, saia dessa condição de passividade e de mero consumidor dos equipamentos e espaços do “mercolazer”. No entanto, para que tais alternativas possam ser realizadas, se faz necessário um trabalho intelectual e coletivo que busque realmente vencer essa visão instrumental e alienante de lazer rumo a um projeto de emancipação humano e sócio transformador.

Foi possível constatar que no Distrito de Uruíta há várias oportunidades de se aplicar o projeto de lazerania, uma vez que existem ações primárias de conscientização da formação humana crítica percebidas nas intervenções extracurriculares que o Colégio Estadual José Ribeiro Magalhães vem realizando junto à população. A realização de ações culturais já condiciona para formação do senso crítico, no entanto, ao estabelecer um projeto específico de lazerania, será possível intervir no processo de alucinação imposta pelo mercado, sendo possível, assim, vencer a concepção de “mercolazer” que vem sendo elencada junto às mudanças econômicas, políticas, culturais e sociais que compõem a

conjuntura atual. A lazerania é um processo que deve estar em permanente construção, enquanto projeto a ser desenvolvido a partir de uma perspectiva emancipatória educativa, histórica e de valorização do desenvolvimento humano, de modo que a implantação de políticas públicas por meio dessa perspectiva crítica pedagógica do lazer possa criar de fato as condições tanto materiais, como sociais, necessárias para pleno desenvolvimento e democratização do lazer.

Mascarenhas, (2005), ao expor a “Política de Lazerania” faz uma análise sobre a relação existente entre a estrutura econômica e superestrutura política e suas respectivas influências no que tange à concepção mercadológica do lazer. Percebe-se que há políticas sociais como maneira de contrapor a superestrutura sobre a estrutura. Esta seria uma forma de buscar por uma política econômica que realmente pudesse conduzir ao projeto de emancipação e desenvolvimento humano. Todavia, para que isto realmente ocorra, precisa-se buscar por uma reorientação política bem mais ampla, tanto economicamente, quanto socialmente.

Tendo também como fonte a pesquisa realizada na zona urbana e rural do Distrito de Uruíta, chega-se a conclusão que o referencial apresenta consistência em sua afirmação para formação de frente de trabalho visando o desenvolvimento crítico do cidadão, para contrabalancear a estratégia estabelecida pelo mecanismo firmado na apatia governamental, onde não se aplica as políticas públicas de conscientização ao lazer crítico. Com isto, o trabalhador fica a mercê das campanhas publicitárias que alienam, induzindo ao gasto e às novas formas de se praticar o lazer. A comercialização do espaço natural como mercadoria é fato notório, e o trabalhador, para desenvolver o interesse pelo lazer na natureza, têm feito investimentos na aquisição de um espaço que lhe dá direito de acesso ao Rio Uru.

Peixoto (2007) pontua que “a produção do conhecimento referente aos estudos do lazer no Brasil coaduna-se com o projeto de conformação da classe operária ao projeto de desenvolvimento econômico burguês para o país” (PEIXOTO, 2007, p – 568). Seguindo por este viés, tem se algumas ideias referentes “à compreensão do movimento de conversão do lazer em mercadoria pelo capital”. Neste sentido, para que as políticas de lazer sejam capazes de promover seu processo de democratização, devem estar engendradas a um

caminho para superação da exploração do cidadão neste modelo de sociedade no qual o poder de gestão se encontra nas mãos de uma minoria (patrões) que se nutre do trabalho de uma grande maioria (empregados). Focalizando no direito ao lazer, percebe-se a necessidade de haver melhor redistribuição da renda per capita e redução da jornada de trabalho, incidindo diretamente em maior tempo livre, conduzindo a aprimorar a qualidade de vida do trabalhador.

No entanto, a percepção acerca da idealização proposta por Mascarenhas (2005), a problemática para o processo de democratização do lazer e solidificação da lazerania se encontra travada nos maciços investimentos feitos neste setor pelas empresas privadas. Em controvérsia, a ação do setor público, como é sabido, não vê o lazer como uma de suas maiores prioridades, relegando a este um segundo plano no que tange à organização de política pública. Contudo, apesar deste balanço crítico que Mascarenhas, (2005), proporciona acerca das mudanças que imputam a concepção de lazer nestas últimas décadas, o caminho de democratização de políticas públicas para o lazer, só poderá ser efetivado de forma satisfatória a partir do momento em que o poder público reconheça o lazer não só enquanto um direito social previsto pela constituição brasileira, mas como um projeto para formação e emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura do comportamento da sociedade contemporânea permite deduzir que o fenômeno lazer é composto por uma tríplice conectividade entre ser humano, trabalho e lazer. O ser humano é ponto de interligação, sendo que, no mundo animal, apenas ele tem a capacidade de racionalizar ações prevendo o resultado final. A reflexão estabelece que, para existência do lazer, é necessário que o ser humano realize alguma forma de trabalho e identifica que o lazer é mecanismo desenvolvido para aliviar pressão ocasionada no período de trabalho, com isto deverá ser aplicado fora do laboro. O lazer é um direito do empregado que constitui em exercer atividade a sua escolha, com expectativa de sentimentos variados que refletem em qualidade de vida.

A motivação para investigar o lazer enquanto fenômeno social iniciou da percepção elevada do traslado de pessoas indo às margens do Rio Uru com a finalidade de praticar lazer. A problemática estabelecida foi a seguinte: “Investigar fator externo que influencia as pessoas a realizar o lazer na natureza e o impacto gerado pela presença humana”. Foi estabelecido de maneira estratégica objetivos com intenção de construir linha de raciocínio para respaldar o entendimento da problemática levantada.

A ferramenta metodológica estabelecida foi a pesquisa empírica de modo a colher informações através de entrevistas dirigidas aos colaboradores de forma semiestruturada. Também ocorreu a observação das ações realizadas e análise de registros fotográficos realizados anteriormente. Afirma-se a importância do estágio de observação durante a pesquisa, por possibilitar perceber as entrelinhas das falas dos colaboradores, revelando elementos do sentimento intrínseco através de movimento corporal e expressão facial. Fato também de relevância é a escolha semiestruturada do diálogo porque adequada aos fatos presentes. De acordo com relatos de entrevistados, existiu a necessidade de restringir perguntas para não afetar o ânimo e o interesse do colaborador em prestar depoimentos. A análise de fotografias registradas em outro período possibilitou comparar os aspectos físicos do momento presente com o estado de vinte anos atrás.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, a dificuldade encontrada se refere à pessoa que promoveu a comercialização do loteamento. Ela não prestou

esclarecimento sobre o real motivo que o levou ao ato de venda. Também ficou em aberto o entendimento em relação à legislação ambiental acerca da disponibilidade de ocupação e o sentimento de reparar os impactos negativos ocasionados à reserva legal.

A investigação desenvolvida junto ao loteamento Boa vista do Uru, conseguiu arregimentar material básico para fazer levantamento da realidade do local. Os elementos direcionadores, tais como problemática, objetivo geral e específico conseguiram alcançar patamar de resposta satisfatória de acordo com o nível inicial proposto para o trabalho. A proposta de investigação obteve, dos colaboradores, informações de forma a diagnosticar a existência de dois fatores principais que condiciona a desenrolares indiretos que entusiasma as pessoas a deslocarem até a natureza para exercitarem o direito trabalhista ao lazer junto ao Rio Uru.

A resposta para a problemática é o entendimento quanto à limitação de políticas públicas ao mesmo tempo em que se tem a alternativa do Rio Uru como espaço de lazer. A primeira percepção é a falta de consistência em política pública de lazer capaz de respaldar a demanda populacional por espaços específicos e a falta de organização de eventos para o lazer em área urbana. Evidenciando que não ocorre a promoção de ações destinadas ao público com a intenção de que este venha se apropriar do lazer por meio do estreitamento dos laços sociais durante realizações de apresentações com cunho artístico, cultural e recreativo. Constata-se que a infraestrutura na área urbana de Uruíta conta com número inexpressivo de espaços públicos específicos para o lazer (praça e quadra de esporte) e não existem projetos direcionados para o lazer de forma orientada por profissionais, sendo perceptível a minoria de investimentos para o desenvolvimento desse setor. O resultado disto são as frágeis políticas de lazer que se limita a apoiar iniciativas oriundas de outras áreas administrativas.

Fica clara a ineficiência da prefeitura de Uruana em executar o que é traduzido pela legislação federal como garantia básica de acesso aos direitos sociais. Portanto, segue o entendimento de que a falta de ações concretas e projetos por parte dos órgãos governamentais impulsiona a população local a procurar por formas e lugares alternativos para executar o exercício do lazer. Entre as opções procuradas, o Rio Uru assume lugar de destaque em virtude de

possuir aspectos geofísicos condizentes para assumir papel de espaço ideal para prática do lazer. O aspecto do bioma natural do Rio Uru é o principal atrativo para que as pessoas possam aproveitar suas margens e leito como espaço alternativo para realizar inúmeras experiências de lazer aquático. Também há de convir que o panorama visual e o clima já se configuram como chamativo para atividades simples como o vislumbrar da paisagem gerando sentimento de calma emocional.

A pesquisa infere que os lotes comercializados fazem parte da área de preservação permanente da Fazenda Boa Vista do Uru e que, por força de lei não poderiam ser comercializados. O principal impacto gerado pela presença humana no local não está atrelado diretamente ao próprio exercício do lazer, levando em consideração apenas o exercício de atividades com teor de relacionamento social e também de movimento corporal como natação, corridas, mergulho e pesca amadora. Entende-se que atividades de interesse físico e social realizadas no espaço natural não produzem efeitos negativos alarmantes ao bioma. No entanto, a ocupação desenfreada e edificações de residências no local produzem efeitos devastadores à vegetação nativa, onde a mata ciliar é arrancada sem nenhum controle ambiental. Aliás, o que se percebe é a passividade dos órgãos reguladores (IBAMA) que não atuam de forma a impedir a expansão dos espaços ocupados e não desenvolvem formas preventivas de conscientização quanto ao descarte impróprio de materiais poluentes.

A investigação teve como fase inicial a análise visual de registros fotográficos feitos no Rio Uru, estabelecendo uma linha de tempo percorrido entre o momento atual e anterior de aproximadamente 25 anos. Constatou-se que o estilo das atividades de lazer, em si, não sofreu transformação significativa. Deste modo, passaram-se pessoas/gerações e as principais atividades dos frequentadores continuam firmadas na proposta do lazer social e físico. Entende-se que as pequenas variações ocorridas entre passado e presente, acerca das atividades, estão relacionadas à transformação tecnológica, onde, no período atual, a população conta com recursos eletroeletrônicos que facilitam o desenvolvimento de atividades físicas e ações sociais. Conclui-se que o indivíduo aproveita os recursos tecnológicos na atividade de lazer, com vista a potencializar os momentos de lazer estabelecendo conciliação entre conforto da vida moderna

ao tempo que aproveita atrativos da natureza rústica.

Este processo investigatório possibilita estabelecer a reflexão acerca dos elementos culturais, sociais e políticos que envolvem magnitude do estudo do lazer na natureza. Com isto, é possível estabelecer a propositura de novos trabalhos direcionados a unir ações e atores para contrapor ao método mercantilista que sugam os recursos naturais, tornando drástico o efeito para gerações subsequentes. Registra-se, nesta mensagem, o anseio de que se implante conteúdo escolar em caráter crítico reflexivo, capaz de contribuir no desenvolvimento de um lazer emancipatório vindo romper com sistema vigente.

REFERÊNCIAS

- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Vol. 2 nº 1(3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- GOLLENER, Silvana Vilodre; et al. *Pesquisa Qualitativa na Educação Física Brasileira: Marco Teórico e Modo de Usar*. Revista da Educação Física/UEM. Maringá, v. 21, n3, p.381-410, 3. trim.2010.
- GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor Andrade. *Lazer no Brasil: Trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa*. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, janeiro/abril de 2003. Disponível <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2661/1294> Acesso em 12/10/2013.
- LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. 3ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- DE GRAZIA, Sebastian. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madrid: Editorial Tecnos, 1966.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- MASCARENHAS, Fernando. *Lazer e utopia: Limites e possibilidades de ação política*. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 155-182, setembro/dezembro de 2005. Disponível <http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2661/1294> Acesso em 15/10/2013.
- RODRIGUES, Valdemar; MATALL, Heitor et alii. *Processo de desertificação no Estado do Piauí*. CARTA CEPRO, Teresina, v. 12, n.2 p.85-105 Ago/Dez, 1987
- ROCHA, Luiz Carlos; SILVA, Welington Araújo. *Tempo e Lazer: Relações com o tempo livre*. Revista Educação Física/UEM, Maringá, v. 13, n. 2 p. 133-139, 2. sem. 2002. Disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3711/2552> Acesso em 15/10/2013.

SAYÃO, Marcelo Nunes; MUNIZ, Neyse Luz. *O planejamento na educação física escolar: um possível caminho para a formação de um novo homem*. Revista Pensar a Prática, Goiânia, 7/2: 187 – 203, jul./Dez.2004.

Nubelia Moreira da Silva, Tânia Maria Serra de Jesus Nolêto
<http://www.revistas.ufg.br/index.php/geoambiente/article/view/25863/14854>.
Acesso em 25/11/2013.

MARINHO, SCHWARTZ (p.2). <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/291.pdf>.
<http://www.catalaonoticias.com.br/noticias/index.php?Secao=NoticiasVer&id=ODU>
Acesso em 26/11/2013.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. 1971-
Introdução ao lazer, - Barueri, SP : Manole, 2003

VASCONCELOS Sobrinho, J. *Desertificação do Nordeste Brasileiro*. São Paulo:
Padilha Ind. Gráficas, s.d.

VASCONCELOS Sobrinho, J. *O deserto brasileiro: Projeto do Trópico Árido*.
Recife: UFPE, 1974.

PROPOSTA DE REFORMA DO CODIGO FLORESTAL, p. 03),
(http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Hortalicas/26RO/cartilhaCF.pdf) Acesso em 26/11/2013.

ANEXO



Atributos naturais – Loteamento Boa Vista do Uru – Uruíta Distrito de Uruana Goiás



Loteamento Boa Vista do Uru – Uruíta Distrito de Uruana Goiás



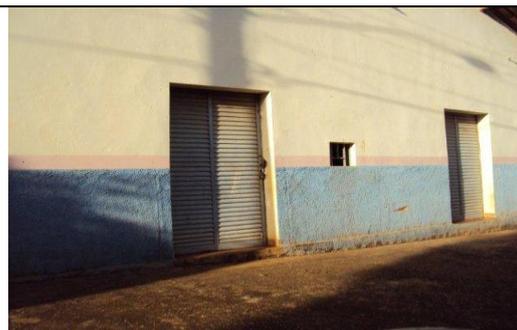
Desmatamento mata nativa provoca erosão das margens do Rio Uru – Uruíta Distrito de Uruana Goiás



Impacto negativo ao bioma natural gerado acumulo de lixo domestico



Quadra de esporte centro municipal de letramento II



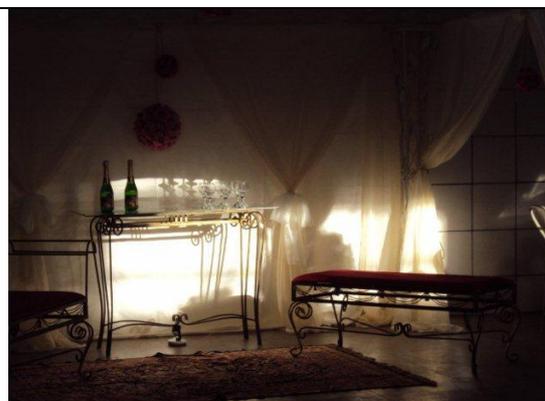
Clube de Mães de Uruíta



Associação pequenos produtores - Uruíta



Praça José Mariano Costa – (matriz) Uruíta



Interior salão paroquial

Espaço de lazer em área urbana Uruíta Distrito de Uruana Goiás